

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

FASUBRA em união com CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Todos contra a PEC 241

Segunda-feira, dia 17, ato às 17h, na Cinelândia

Nossa luta não terá sido em vão! Às ruas em defesa da Educação,
da Saúde, de Salários e dos Serviços Públicos.



FOTO: Passeata dos Cem Mil, em 1968, no centro do Rio

Assembleia geral quarta-feira, dia 19

Deliberação sobre indicativo de greve contra a PEC 241/2016 e fundo de greve,
às 10h, em local a ser confirmado.

DOIS PONTOS



Comunidade manifesta solidariedade à UFRJ num abraço simbólico à Reitoria

Um grupo de servidores de diversas unidades da UFRJ se reuniu no gramado da Reitoria, na manhã do dia 7, sexta-feira, para um abraço simbólico ao prédio que sofreu um incêndio de grandes proporções no dia 3 de outubro. A Pró-Reitoria de Gestão e Governança e a Pró-Reitoria de Extensão foram destruídas, e o Protocolo da Pró-Reitoria de Pessoal atingido. Mais de 8 mil documentos foram perdidos.

De acordo com o reitor, o prédio terá que passar por reformas, principalmente o 8º andar. Na avaliação do reitor Roberto Leher, vai ser necessário recuperar a laje, a subestação de energia, a fiação e a parte hidráulica, além de construir escadas de incêndio.

Na segunda-feira, 10 de outubro,

o reitor foi a Brasília para apresentar ao MEC uma estimativa do custo das obras. Na oportunidade, ele entregaria um relatório à bancada parlamentar do Rio de Janeiro sobre os danos do incêndio. A intenção é garantir apoio para ajuda emergencial à UFRJ.

Participação

O abraço coletivo solidário foi proposto pelo assistente administrativo da seção de pagamento da Pró-Reitoria de Pessoal, Thiago Mourão — que há seis anos integra o quadro de funcionários da UFRJ —, pelo Facebook. No texto que escreveu convocando a comunidade universitária para um abraço coletivo na Reitoria ele afirma:

“Como servidor, a gente luta,

principalmente, para ver o nosso trabalho reconhecido. Mas o ocorrido despertou um sentimento que não valorizamos no nosso cotidiano: a importância que a universidade tem em nossas vidas. Vamos precisar de muita força para dar continuidade às nossas tarefas. Perdemos nossas referências e tudo que tínhamos planejado para essa semana e os próximos meses, bem como uma parte do trabalho realizado em décadas de atuação. Todavia, nem tudo está perdido. Nesse momento sinto que surgirá uma força que mudará os rumos da UFRJ para sempre.”

Vera Lúcia Neves, superintendente Acadêmica de Graduação, atendeu de pronto à convocatória de Thiago, pois para ela demonstrar

solidariedade é fundamental neste momento de fragilidade da universidade, e o ato reforçou o sentimento de que toda a comunidade universitária está unida pela recuperação da instituição. “Estamos unidos e solidários pela UFRJ”, frisou.

“Vim porque me comoveu o que aconteceu”, disse Taís Ramos, assistente administrativa da Faculdade de Letras, que já trabalhou no 8º andar do prédio da Reitoria. “Foi uma coisa horrível. Acompanhei pelo WhatsApp”, disse, lamentando que, além de castigada pelo incêndio, a universidade já sofre com o descaso do governo e com a falta de verbas.

Outros servidores também registraram que o ato mostrou a boa vontade e a solidariedade da

comunidade à Reitoria.

Fora, Temer — Durante a cobertura do ato pela Globo News, vários manifestantes não esqueceram de repetir a palavra de ordem do momento: “Fora, Temer!”

Documentos perdidos

A Divisão de Gestão Documental e da Informação (DGGI) fez o levantamento dos processos que estavam nas salas atingidas pelas chamas e constatou que foram perdidos 8.369 da Pró-Reitoria de Gestão e Governança e 29 da Pró-Reitoria de Extensão. A Pró-Reitoria de Pessoal ainda não havia concluído o seu levantamento. A lista completa será divulgada no *Diário Oficial da União*. A partir daí, serão abertos novos processos.

II Encontro Estadual do Movimento Olga Benário

No dia 16 de outubro o Movimento de Mulheres Olga Benário, no Rio de Janeiro, realizará seu II Encontro Estadual, cujo tema é “Viver sem temer: Mulheres na Luta contra o Retrocesso”, a partir das 9h, na sede do Sindicato dos Telefônicos (Sinttel), na Tijuca. O evento discutirá a conjuntura política brasileira pós-golpe, a retirada de direitos e o aumento do conservadorismo.

O coletivo Olga Benário da UFRJ organizou um pré-encontro, no dia 7 de outubro, no Centro de Tecnologia, no Fundão, tendo como mote “Nenhum direito a menos! As mulheres não têm nada pra Temer!”. Além de preparar para o encontro estadual, a atividade serviu para apresentar o Movimento de Mulhe-

res Olga Benário para as estudantes, técnicas-administrativas, professoras e trabalhadoras terceirizadas da UFRJ. Foram realizadas oficinas de stencil (pintura) e turbante, e mesa de debate sobre a organização das mulheres na universidade.

Na UFRJ, o coletivo Olga Benário atua fazendo frente ao machismo, à exploração do trabalho das terceirizadas, às diversas formas de assédio por parte de professores, alunos, chefes e colegas de trabalho. O coletivo reivindica também creches, mais segurança e uma política de assistência estudantil voltada especialmente para as mulheres.

Origem

O Movimento de Mulheres Olga Benário é uma organização de cará-



Fotos: Renan Silva

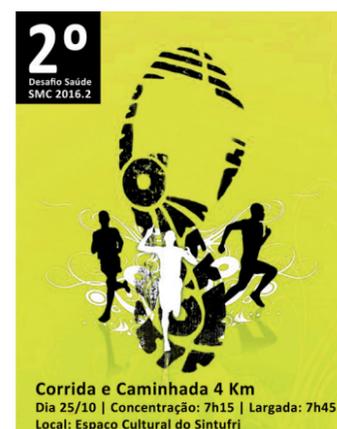
ter feminista e classista. Foi criado em fevereiro de 2011 para unir as mulheres brasileiras na luta por melhores condições de vida, por igualdade de direitos e pelo socialismo.

O movimento nasceu com base no anseio de mulheres de vários estados do Brasil que estavam na luta para ter uma organização que dis-

cutisse e encaminhasse as questões específicas do universo feminino sob a perspectiva de classe e de gênero.

No Rio de Janeiro, o Movimento de Mulheres Olga Benário atua em diferentes frentes, como nos movimentos de bairros e favelas, universidades, sindicatos, grêmios estudantis, ONGs, entre outros.

2º Desafio Saúde Sintufjr



Na terça-feira, dia 25, será realizado o 2º Desafio Saúde do projeto Saúde na Medida Certa do Espaço Saúde Sintufjr, e dele constará corrida e caminhada de 4 quilômetros. Concentração às 7h15, no Espaço Cultural do Sintufjr, e largada às 7h45.

É LUTA!

UFRJ na luta contra a PEC de desmonte do Estado brasileiro

Técnicos-administrativos em educação, professores, estudantes e terceirizados ampliam a mobilização na UFRJ contra PEC 241/2016. Faltam ainda três votações no Congresso

Nos dias 10 e 11, Sintufjr, Adufrj, DCE Mário Prata, Associação de Pós-Graduandos (APG) e a Associação dos Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Attufjr) mobilizaram suas bases e realizaram atos no Fundão e na Praia Vermelha contra a aprovação, pelo Congresso Nacional, da PEC 241/2016, que põe em risco a continuidade da educação pública no país, precariza ainda mais a saúde pública e outros direitos sociais da população, como saneamento básico. A PEC 241 congela as despesas do governo federal pelas próximas duas décadas, inclusive os salários dos servidores.

A pressão ao governo golpista e ao Congresso Nacional pode ser feita pelas redes sociais. Acesse #Pec241, #PECdoFimDoMundo e #ContraPEC241. A exemplo da UFRJ, os trabalhadores de todas as universidades federais estão realizando manifestações e atos em defesa de direitos. Os atos da semana passada nos dois campi da nossa universidade obedeceram a uma deliberação da plenária comunitária realizada no dia 6.

Atos

Na segunda-feira, dia 10 de outubro, os manifestantes se concentraram em frente ao Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), a partir das 10h, saindo em passeata até o bloco A do Centro de Tecnologia (CT). O objetivo foi alertar a comunidade para a gravidade das consequências da PEC 241.

No corredor do CT, os manifestantes explicaram os efeitos da PEC: “O problema é dos técnicos, dos estudantes, dos professores e dos terceirizados, de toda a classe trabalhadora no país, porque vai ter consequências graves em todos os setores. Esse pessoal que foi para as ruas pedir o impeachment de Dilma vai também sofrer as consequências. Agora, só nos resta ir às ruas contra esse governo golpista”, afirmou a coordenadora de Políticas Sociais do Sintufjr, Marly Rodrigues.

Na terça-feira, dia 11, a concentração na Praia Vermelha foi em frente à Escola de Serviço Social, e arregimentou um grupo

expressivo de trabalhadores e estudantes, o que possibilitou a realização de manifestação no sinal da Rua Venceslau Brás, junto aos portões da UFRJ.

Quando o sinal fechava aos veículos, os manifestantes se dividiam no alerta à população: um grupo abria faixas enquanto outro se revezava no carro de som. Em alguns momentos o trânsito de veículos era interrompido para chamar mais a atenção de pedestres e motoristas.

As consequências da PEC

Para o coordenador de Juventude do Sintufjr, Esteban Crescente, a PEC acaba com o direito do povo brasileiro de ter acesso a serviços públicos: “O ataque vai atingir a todos, porque essa PEC retira qualquer possibilidade de aumento de investimentos nas áreas públicas por 20 anos em função do teto de gastos”.

Brenner Oliveira, do DCE, disse que aquele era um importante dia de luta contra o projeto chamado “Uma ponte para o futuro”, que, na verdade, vai causar sérios prejuízos à saúde e educação públicas.

Para o coordenador de Comunicação do Sintufjr Milton Madeira, a luta é pela universidade pública, gratuita e de qualidade e contra os ataques aos servidores, estudantes e terceirizados.

Para a presidente da Associação de Trabalhadores Terceirizados da UFRJ, Terezinha Costa, a PEC 241 é um problema de todos: “O governo quer mexer na Constituição, e, se isso ocorrer, vamos ter que viver um prejuízo por 20, 30 anos”.

A presidente da Adufrj, Tatiana Roque, lembrou que o país será devastado por 20 anos caso a PEC 241 seja aprovada, em consequência dos seus efeitos sobre a educação, saúde e nas universidades públicas.

A Adufrj disponibilizou o site www.brasil2036.org.br com informações e ferramentas de pressão sobre parlamentares. Tatiana convocou a todos a darem continuidade ao ativismo presencial e virtual contra a PEC 241, “que é ponte para o passado, para o que foi FHC na universidade”.



Fotos: Renan Silva

Dia 17, manifestação na Cinelândia

Nesta segunda-feira, dia 17, às 17h, ato unificado contra a PEC 241, na Cinelândia

A resistência tem que continuar. A PEC que foi aprovada em primeiro turno, no dia 10, na Câmara, ainda precisará passar por mais uma votação naquela Casa para somente depois disso seguir para o Senado, onde passará por comissão especial e votação também em dois turnos.

Por isso, mais manifestações estão sendo organizadas país afora. Precisamos mostrar toda indignação contra essa medida terrível que vai congelar o Brasil.

Sem investimentos na Educação, por exemplo, não haverá recursos para crescimento na Carreira, concursos, assistência

estudantil, bandejeões, hospitais, investimento na universidade, que definhará, jogando por terra anos de avanços na democratização do acesso.

Como disse um parlamentar em vídeo divulgado nas redes sociais, só vai estudar em universidade quem puder pagar.

CONSUNI

O Conselho Universitário (Consuni), na sessão do dia 13 de outubro, aprovou moção de apoio às medidas tomadas pela Reitoria junto ao MEC para obter os recursos necessários para recuperação imediata das partes do prédio da Reitoria atingidas pelo incêndio no dia 3 de outubro, onde funcionavam atividades acadêmicas, além das administrativas.

De acordo com levantamento da UFRJ, serão necessários R\$ 48 milhões para todas as obras. E neste valor estão incluídos os custos das ações de prevenção e combate a incêndio no Centro de Ciências da Saúde (CCS), calculado em R\$18 milhões, e no Instituto de Química, orçado em R\$ 5 milhões. A Reitoria também está buscando a ajuda de parlamentares para obter os recursos.

Reivindicação de Ippur, FAU e EBA

A sessão foi presidida pela reitora em exercício Denise Nascimento (vice-reitora), porque Roberto Leher encontrava-se em Brasília para mais uma reunião com o MEC para tratar do assunto. Diretores das unidades que coabitam no prédio da Reitoria – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Escola de Belas Artes (EBA) e representantes dos centros acadêmicos – relataram as dificuldades que estão enfrentando com a suspensão das atividades nos andares em que funcionam.

Eles solicitaram que os cursos não fossem “pulverizados” por diversas salas no campus, e sugeriram que as aulas passassem a ser ministradas em prédios no Fundão não utilizados, como o da Embratel. A previsão da Reitoria é de retorno das atividades nos andares incendiados somente daqui a 180 dias.

Providências institucionais

Pró-reitores e o prefeito universitário informaram sobre as medidas adotadas em âmbito institucional para o retorno às instalações danificadas pelo incêndio. Eles disseram que aguardam os laudos produzidos pelo Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Coppe e FAU para iniciarem os reparos, tanto nos andares interditados, os mais afetados pelo fogo, como naqueles em que as atividades possam ser retomadas, tão logo as redes elétrica, hidráulica e de dados voltem a funcionar. A Reitoria se comprometeu a enviar os laudos a todos os conselheiros.

A sessão do Consuni foi realizada no local de sempre, ou seja, no segundo andar do prédio da Reitoria, no salão de reuniões dos órgãos colegiados. O gabinete do reitor também já foi reaberto. Equipes da Reitoria e da Prefeitura trabalham para recuperar a infraestrutura para retomar o funcionamento em outros andares, paulatinamente.

UFRJ espera dinheiro do MEC para se recuperar do incêndio

Consuni debate as consequências do incêndio e aprova moção contra a PEC 241

Foto: Renan Silva



RAFAEL Coletto dá informações no Consuni sobre as mobilizações conjuntas da comunidade universitária contra a PEC 241

Levantamento

A Reitoria solicitou às unidades acadêmicas o mapa detalhado do funcionamento de suas salas de aula, quantidade de alunos etc., para planejar o deslocamento das turmas para outros espaços.

“Alguns prédios propostos, embora estejam no campus, estão inacabados ou não têm alimentação de rede elétrica ou de água e esgoto. Mas tenho certeza de que até o final de semana encontraremos espaços

para alocar as salas”, disse a reitora em exercício.

A UFRJ recorreu ao MEC e a parlamentares em busca de recursos para recuperar o prédio e as instalações danificadas pelo incêndio. Pelo levantamento,

serão necessários R\$ 48 milhões no total. Neste valor estão incluídas também ações de prevenção e combate a incêndio no CCS (da ordem de R\$18 milhões) e no Instituto de Química (R\$ 5 milhões).

Consuni manifesta preocupação com a PEC 241

No Consuni, lideranças discentes, técnicos-administrativos e docentes convocaram toda a comunidade universitária para o ato no dia 17, às 17h, na Cinelândia, contra a PEC 241, e solicitaram que os colegiados se posicionem a respeito.

Por conta disso, o Consuni aprovou uma moção de preocupação com a votação, pelo Congresso Nacional, da PEC 241 – que estabelece limites para

os gastos públicos pelo período de 20 anos –, e solicitando que o governo reveja a deliberação.

“As consequências de possível aprovação e implementação dessa medida trarão danosos impactos para a sociedade, com o comprometimento de garantias legítimas e historicamente conquistadas nas áreas da Saúde e da Educação, entre outras.

A universidade pública será fortemente atingida, uma vez

que a aprovação da PEC inviabilizará qualquer esforço de planejamento voltado para o fortalecimento das Instituições Federais de Ensino Superior no provimento de infraestrutura, na criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, nas ações de extensão, nas atividades de pesquisa, assim como na garantia do cumprimento dos planos de carreira docentes e técnicos-administrativos e dos

programas de bolsas para discentes”, diz o texto da moção.

Liberação para o ato

“APEC congela o nosso futuro por 20 anos”, disse o estudante e conselheiro Breno Oliveira, ao convocar para o ato do dia 17. Ele pediu aos professores que liberassem suas turmas com o seguinte argumento: “Não dá para depois que a PEC passar ficar se remoendo. É preciso unificar a luta”.

Assembleia para deliberação de greve

Rafael Coletto, coordenador de Comunicação do Sintufjr, informou no Consuni sobre a realização de assembleias comunitárias e atos conjuntos com as entidades representativas de estudantes, professores e terceirizados contra a PEC 241.

“Não é uma luta por campanha salarial ou por condições de trabalho. Nós ouvimos o Merval Pereira (colunista do jornal *O Globo*) dizer que agora os servidores vão ter que decidir se lutam por mais concurso ou por melhores salários. Essa é a realidade: a PEC

vai afetar a vida dos trabalhadores do serviço público. Mas não é possível esse ar de derrota, como se a PEC já tivesse passado, e que já existam conselheiros dizendo que precisamos adequar o orçamento. Não ficaremos assistindo a mais este golpe”, afirmou o dirigente sindical, que também reforçou a convocatória para o ato de segunda-feira, 17, na Cinelândia.

Outro informe dado por ele no Consuni foi que o Sintufjr realizará assembleia no dia 19 para que a categoria, que já está em estado de greve, discuta e delibere sobre o

que fará em relação à votação em segundo turno da PEC na Câmara dos Deputados, prevista para o dia 24. “O momento é de luta. Não adianta chorar pitangas depois de aprovado pelo governo”, repetiu.

Eleição para os órgãos colegiados

Rafael Coletto também deu informações sobre as eleições para os representantes técnico-administrativos aos órgãos colegiados. Segundo o coordenador, o Sintufjr estava aguardando que as quatro chapas

que concorreram ao pleito e a comissão eleitoral encaminhassem o ofício ao Consuni para a posse dos eleitos. Mas estimava que na próxima sessão do colegiado as cinco cadeiras da bancada técnico-administrativa já estivessem ocupadas.

O dirigente sindical não deixou passar a oportunidade para lembrar que cinco vagas para a categoria é muito pouco, e que é hora de o corpo discente e técnico-administrativo ter 33% em todos os órgãos, porque esse é o peso de fato de cada segmento.

É LUTA!

Câmara aprova em 1º turno a PEC da Morte

Deputados congelam verbas da saúde e educação por 20 anos. Salários de servidores e o mínimo – base de referência para milhares de brasileiros – serão atingidos pela PEC 241

Foto: Internet



MOMENTO de votação da PEC no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 10 de outubro

Após o banquete oferecido pelo golpista Michel Temer, 366 deputados votaram a favor da PEC 241 – proposta que altera a Constituição e congela por duas décadas os investimentos em saúde e educação, entre outros gastos públicos –, na segunda-feira, dia 10, em primeira votação na Câmara dos Deputados. Foram 58 votos acima do necessário.

Para ser aprovada de vez na Câmara, a PEC ainda precisa passar por uma segunda votação, o que deve ocorrer nos próximos dias. Depois segue para o Senado, onde também será submetida a duas apreciações em plenário. O golpista Temer espera liquidar a fatura ainda este ano.

A reação nas ruas contra este segundo golpe nos brasileiros continua. Vários atos estão programados para esta semana em todo o país. Na Câmara Federal, lideranças oposicionistas anunciaram que vão tentar barrar a aprovação da PEC na votação no Senado. Eles reconheceram, na votação no dia 10, que a PEC tem maioria de votos para ser aprovada na Câmara.

Congelamento

Durante 20 anos, diz a proposta, todas as despesas públicas serão corrigidas, de um orçamento para outro, apenas com base na inflação do ano anterior. Não haverá aumentos reais. Desse modo, crê o governo golpista, o pagamento

da dívida pública não correrá perigo, os investimentos privados na economia voltarão e o crescimento virá a reboque.

Para tornar o texto mais palatável aos parlamentares receosos da impopularidade da medida, o relator, deputado Darcídio Perondi (PMDB-RS), fez uma alteração no texto da PEC postergando para 2018 (último ano de mandato de Michel Temer) o congelamento das verbas para a saúde e a educação. Com isso, os golpistas esperam que a população não sinta os efeitos em escolas, universidades e hospitais públicos a tempo de punir os parlamentares nas urnas na eleição de 2018.

Manobras e recursos

Antes do início da votação, a Câmara derrubou a exigência regimental de um intervalo de duas sessões da Casa para a deliberação da PEC em primeiro turno, o que permitiu a análise da proposta no dia 10 de outubro. Os partidos PCdoB e PT chegaram a entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal para barrar a votação, mas o relator, ministro Luís Roberto Barroso, negou o pedido de liminar, embora tenha reconhecido que a PEC provocará perdas para áreas da administração pública. Ele argumentou que a proposta não ofende a Constituição. “Há riscos de setores mais vulneráveis e menos representados politicamente perderem a disputa

por recursos escassos. Porém, esta não é uma questão constitucional, mas política”, afirmou em sua decisão.

Saúde e educação

Saúde e educação, segundo pesquisas, são duas áreas mais problemáticas demandadas pela população. No fim de 2015, o Ibope pesquisou as prioridades dos brasileiros para 2016. A saúde liderava o ranking. Melhorar a qualidade da educação vinha em quinto. Os dois setores precisariam, portanto, de mais dinheiro, com reajustes de verba acima da inflação.

O orçamento das duas áreas é da ordem de R\$ 100 bilhões por ano. Um valor atingido graças aos aumentos reais. Em 2002, a saúde tinha cerca de R\$ 55 bilhões anuais e a educação, perto de R\$ 30 bilhões. Nesse mesmo período, o país ganhou 30 milhões de habitantes e atingiu uma população de 200 milhões.

Segundo dois pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fabiola Vieira e Rodrigo Benevides, ambos especialistas em saúde pública, o gasto público per capita com saúde no Brasil é um dos menores entre países que possuem sistema universal do tipo SUS e mesmo em uma comparação com vizinhos sem modelo semelhante. Em 2013, o setor público brasileiro investiu 591 dólares por habitante. O Reino Unido, inspiração do SUS, 2,7 mil

dólares, e a França, outra nação com sistema universal, 3,3 mil.

Segundo nota do Ipea divulgada no fim de setembro, a perda acumulada em 20 anos para a saúde seria de R\$ 654 bilhões, em um cenário de crescimento do PIB de 2% ao ano. De acordo com uma projeção realizada por consultores legislativos da Câmara, a perda acumulada até 2025 seria de R\$ 331 bilhões.

Já na educação, o avanço obtido no século XXI, escasso para as necessidades dos brasileiros e da economia, com o congelamento da verba não se repetirá. As matrículas em universidades pularam de 3 milhões para 7 milhões entre 2001 e 2013, devido à criação de instituições federais e de bolsas do Prouni.

No ensino profissional, as inscrições em estabelecimentos federais subiram de 315 mil em 2001 para 784 mil em 2014. O orçamento da rede de escolas técnicas saltou de R\$ 850 milhões em 2003 para R\$ 10 bilhões em 2015, descontada a inflação. Todos os dados são do Ministério da Educação.

Consultores da Câmara dos Deputados estimaram em agosto que a área da educação perderá R\$ 45 bilhões até 2025 com o limite do aumento dos gastos.

Salários atingidos

Além do impacto negativo sobre os orçamentos da Saúde e da Educação, a PEC da Morte,

se aprovada totalmente, vai interferir no salário de servidores das três esferas e em uma das políticas de distribuição de renda mais relevantes dos últimos anos: a valorização do salário mínimo.

No substitutivo apresentado pelo relator Darcísio Perondi (PMDB) à proposta que está sob análise da Câmara, há a previsão de punições, como o congelamento dos salários de servidores públicos e o veto ao aumento do salário mínimo acima da variação inflacionária. As sanções não constavam na proposta original apresentada pelo governo de Michel Temer.

Segundo o artigo 104 do texto apresentado por Perondi, serão aplicadas diversas punições aos poderes “até o final do exercício de retorno das despesas aos respectivos limites”. Entre as sanções previstas, fica vedada “a adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação”. Embora o texto ressalve a “preservação do poder aquisitivo” do salário mínimo, a punição equivale a um congelamento do aumento real dos vencimentos.

O texto prevê também a proibição à concessão de aumento e reajuste de remuneração “de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares” caso o limite de gastos imposto pela PEC seja descumprido.

É LUTA!

Saiba de fato o que é a PEC 241/2016

Para poder argumentar com propriedade com quem ainda defende sua aprovação

A aprovação da PEC 241/2016 deverá ter impacto direto no poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores, já que, atualmente, no caso dos servidores públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que os critérios de aumento dos gastos com pessoal se deem com base na Receita Corrente Líquida (RCL). Já no caso dos trabalhadores da iniciativa privada, além do impacto com a possível alteração na metodologia do reajuste do salário mínimo, os trabalhadores para quem ele é referência podem vir a ter seus ganhos reais comprometidos. Toda a população brasileira irá ser penalizada com a muito provável redução, em quantidade e qualidade, dos serviços públicos de saúde e educação.

■ 1. A PEC 241/16 veicula, do ponto de vista da propaganda, uma ideia muito sedutora. Ela propõe que a despesa (pública) não seja superior à receita (pública) e pretende, na voz de seus defensores, afastar gastanças, desperdícios e descontroles. Aproveita-se, inclusive, no plano do convencimento popular, de graves erros econômicos cometidos recentemente nas administrações petistas. Tudo isso dialoga muito bem com a gestão dos recursos domésticos, usados à exaustão como exemplo. Afinal, em casa, nas finanças pessoais ou domésticas, não devemos gastar mais do que recebemos, sob pena do enfrentamento de profundas dificuldades.

■ 2. A política econômica de um País não pode ser comparada, em sua totalidade, com as finanças pessoais ou domésticas. São realidades muito diferentes em termos de complexidade. Em linhas gerais, a política econômica formulada e conduzida por um Governo possui três grandes linhas de ações: a) fiscal; b) monetária e c) cambial. A economia não se limita a arrecadação de tributos, gastos sociais (educação, saúde, previdência e assistência social), pagamento de remunerações e manutenção da máquina administrativa. Temos outros elementos de enorme importância que movimentam cifras bilionárias ou trilionárias, a exemplo (meramente ilustrativo) da dívida pública e seu serviço, taxa básica de juros, nível e administração das reservas internacionais, tamanho da base monetária, operações compromissadas e outras formas de “ajuste de liquidez”, câmbio, fluxos de capitais e operações de swap cambial.

■ 3. A PEC 241/16 e sua exposição de motivos possuem um foco estritamente fiscal e desconsideram as vertentes monetária e cambial de uma política econômica abrangente e consistente. Não se trata de um erro elementar (esquecer os aspectos destacados). Trata-se de uma opção consciente no sentido de restringir despesas primárias (não financeiras), notadamente com remunerações, benefícios previdenciários e dispêndios relacionados com educação e saúde, e manter relativamente livres e fora das atenções da sociedade os vários instrumentos viabilizadores de privilégios nos campos monetário e cambial.

A Exposição de Motivos da PEC 241/16 afirma expressamente: “A raiz do problema fiscal do Governo

Federal está no crescimento acelerado da despesa pública primária. (...) Torna-se, portanto, necessário estabilizar o crescimento da despesa primária, como instrumento para conter a expansão da dívida pública. Esse é o objetivo desta Proposta de Emenda à Constituição. (...) Com vistas a aprimorar as instituições fiscais brasileiras, propomos a criação de um limite para o crescimento das despesas primária total do governo central”.

Conforme denuncia a Auditoria Cidadã da Dívida, em 2015, o estoque de títulos da dívida interna cresceu R\$ 732 bilhões em 11 meses (31/01 a 31/12), em função: do pagamento de juros, remuneração da sobra de caixa dos bancos (operações compromissadas que chegaram a ultrapassar R\$ 1 trilhão em 2015, quase 20% do PIB) e prejuízos do Banco Central com operações de swap cambial. O problema não está nas despesas primárias (como vários estudos econômicos apontam). Nada disso aparece no discurso oficial!!!

■ 4. Segundo o “Novo Regime Fiscal”, que vigorará por vinte anos, será fixado, para cada exercício, limite para a despesa primária (não financeira) total do Poder Público Federal, individualizado por seus ramos com autonomia financeira. Em linhas gerais, o limite referido equivalerá à despesa primária (não financeira) realizada no exercício anterior corrigida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo.

Assim, os gastos sociais diretos e indiretos (despesas primárias), que não são responsáveis pelo desajuste nas contas públicas, serão praticamente congelados por 20 anos. Ficam de fora do congelamento, como grandes beneficiários dele, as despesas financeiras (pagamento de juros e amortização da dívida pública). Não há, portanto, um limite global ou geral de despesas segundo a PEC 241/16. Dentro desse limite parcial, definido pela proposta, gastos com pessoal ativo, previdência social e demais gastos sociais estarão lançados numa disputa fratricida de alocação ano após ano.

■ 5. As políticas de austeridade ou arrocho fiscal, conhecidas como “austericídio” na Europa, não se mostram soluções adequadas para retomada e manutenção do crescimento econômico em cenários de

crise. Até mesmo o FMI já questiona a eficiência dessas políticas. Tudo indica que o gasto público responsável/inteligente (notadamente como investimento), sem o recurso a desonerações descabidas e fomento a políticas creditícias sem sustentabilidade socioeconômica, pode obter sucesso nesse campo.

■ 6. A lógica subjacente à PEC 241/16 abandona uma reformulação socialmente solidária no “lado” das receitas públicas. Não se apresenta nada na linha de: a) uma reforma tributária justa com a devida oneração do capital, da propriedade, dos ganhos financeiros, supressão de benefícios fiscais inaceitáveis (segundo notícia da *Folha de S. Paulo*, “as desonerações de tributos concedidas pelo governo da presidente Dilma desde 2011 somarão cerca de R\$ 458 bilhões em 2018”), combate à sonegação tributária (estimada em R\$ 500 bilhões anuais) e recuperação progressiva da Dívida Ativa da União e de suas autarquias (calculada em mais de R\$ 1,5 trilhão, por intermédio do adequado aparelhamento dos órgãos públicos envolvidos, notadamente a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Procuradoria-Geral Federal).

■ 7. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, o art. 102, parágrafo sexto, inciso IV, do ADCT, a ser inserido pela PEC 241/16, contempla o privilégio de recursos, à vontade, sem teto e sem limite, para “empresas estatais não dependentes”. Essas são pessoas jurídicas de direito privado que executam um mecanismo de transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado ao venderem, a investidores privilegiados, com desconto que pode chegar a 60%, debêntures com garantia real (oferecida pelos entes federados), pagando juros que podem superar 20% ao ano.

■ 8. Destaca o Dieese, “a fixação de um limite de aumento das despesas primárias do setor público baseado na inflação passada por 20 anos (com possível revisão a partir do 10º ano de vigência) congela os atuais patamares reais de gastos correntes e investimentos por um período bastante longo. Tais gastos não poderão acompanhar a expansão da demanda por serviços públicos advinda do crescimento econômico e do simples aumento populacional. Além disso, como algumas despesas obrigatórias – como a Previdência Social e o regime de previdência do setor público – estarão sendo pressionadas pelo aumento do número

de beneficiários, pode-se prever que a expansão de gastos em algumas funções irá implicar em redução de outras, para que o montante total se acomode dentro do limite. Enquanto isso, não há medidas concretas que apontem para a redução dos gastos com juros sobre a dívida pública, que continuam em níveis incomparáveis internacionalmente e incompatíveis com a situação de endividamento do Estado.

Outro ponto importante da proposta diz respeito aos limites com gastos em Educação e Saúde. Com a nova regra apresentada na PEC, fica notória a possibilidade de redução da destinação de recursos públicos para estas áreas. Nestes casos é de se esperar que os recursos mínimos garantidos na Constituição Federal acabem se efetivando como um limite máximo, já que ficará a critério do Congresso Nacional definir valores superiores para essas áreas, respeitando o limite total de gastos. Ou seja, poderá provocar ainda o comprometimento da execução de outras políticas públicas, cuja finalidade principal é atender às demandas da sociedade.

A proposta de fixação do valor real das despesas ao patamar de 2016 incita uma questão importante não explicitada pelo governo: em caso de recuperação da arrecadação, com possível retorno de aumentos reais da receita como se verificou ao longo de vários anos na última década, qual deverá ser o destino do superávit? Seria utilizado na amortização da dívida pública ou na redução de impostos?”

Parece fora de qualquer dúvida razoável que a PEC 241/16 significa um engenhoso instrumento de ajuste fiscal seletivo. Os gastos sociais do Poder Público comprometidos com melhores condições de vida para a grande maioria da população serão meticulosamente congelados ou reduzidos. Entretanto, no “lado” do mercado financeiro, notadamente aquele vinculado ao recebimento do serviço da dívida pública, restrições ou ajustes não serão palavras pertencentes ao vocabulário.

■ 9. A PEC 241/16 foi concebida e será administrada, se e quando aprovada, por um banqueiro amplamente festejado pelo mercado financeiro nacional e internacional. Defendem a medida: a) o mercado financeiro; b) o grande empresário; c) a grande imprensa e d) a maior parte, profundamente conservadora, do Parlamento.

Fonte: Diap

16 de outubro DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO



Comer para ter uma boa saúde é fundamental

O Dia Mundial da Alimentação é comemorado desde 1979 no dia 16 de outubro, quando em pelo menos 150 países são realizadas atividades com o objetivo, principalmente, de alertar para os problemas da fome, pobreza e desnutrição no mundo, e para a necessidade da produção alimentar. Este ano, o tema escolhido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) para a data foi “O clima está mudando: a comida e a agricultura também devem mudar”.

Estima-se que o número de habitantes do planeta vá ultrapassar nove bilhões de pessoas em 2050 e que a produção mundial de alimentos terá de aumentar em 60% para poder atender às novas demandas alimentares. Por outro lado, os pequenos agricultores familiares do mundo – que produzem a maior parte dos alimentos que consumimos – estão entre os mais atingidos pelas altas temperaturas, as secas e os desastres relacionados a uma meteorologia adversa relacionada às mudanças climáticas. Por esse motivo a FAO escolheu o tema.

Guia para uma alimentação saudável

As nutricionistas do Laboratório de Avaliação Nutricional (Lanutri) do Instituto de Nutrição Josué de Castro, Vanessa Kaippert e Maisa Martins, atuam na parceria do Instituto com o Espaço Saúde do Trabalhador do Sintufrj no projeto Saúde na Medida Certa, que visa conscientizar as pessoas a adotar uma alimentação saudável aliada à prática de exercícios físicos.

De acordo com as profissionais, a Organização Mundial da Saúde recomenda, por meio da Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade

Física e Saúde, que os governos formulem e atualizem periodicamente diretrizes nacionais sobre alimentação e nutrição, levando em conta mudanças nos hábitos alimentares e nas condições de saúde da população, e o progresso no conhecimento científico.

Assim, em 2014, o Ministério da Saúde publicou a nova edição do *Guia Alimentar para a População Brasileira*, que apresenta um conjunto de informações e recomendações sobre práticas alimentares saudáveis no âmbito individual e coletivo. Essas recomendações estão sintetizadas nos “Dez Passos para uma Alimentação Adequada e Saudável”. De modo geral, o guia, que pode ser acessado pelo site do Ministério da Saúde, enfatiza que os alimentos in natura ou minimamente processados devem ser a base da alimentação, que alimentos processados devem ser consumidos moderadamente e que se deve evitar o consumo de alimentos ultraprocessados.

O guia traz também outras recomendações de grande relevância acerca do ambiente adequado para a realização das refeições, sobre locais indicados para compras de alimentos bem como para a realização de refeições fora de casa. “E destaca ainda a importância de desenvolvermos e praticarmos mais nossas habilidades culinárias, de dedicarmos mais tempo para nossa alimentação e de termos senso crítico quanto às informações veiculadas sobre alimentação”, pontuam as nutricionistas.

Vanessa e Maisa ressaltam que para mantermos uma alimentação saudável sem gastos excessivos, a palavra de ordem é “planejamento”. “Como o guia orienta, devemos investir mais tempo cuidando de nossa alimentação, planejando nossas compras e nossas

Dez passos para uma alimentação adequada

1. Fazer de alimentos in natura ou minimamente processados a base da alimentação;
2. Utilizar óleos, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades ao temperar e cozinhar alimentos e criar preparações culinárias;
3. Limitar o consumo de alimentos processados;
4. Evitar o consumo de alimentos ultraprocessados;
5. Comer com regularidade e atenção, em ambientes apropriados e, sempre que possível, com companhia;
6. Fazer compras em locais que ofertem variedades de alimentos in natura ou minimamente processados;
7. Desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias;
8. Planejar o uso do tempo para dar à alimentação o espaço que ela merece;
9. Dar preferência, quando fora de casa, a locais que sirvam refeições feitas na hora;
10. Ser crítico quanto a informações, orientações e mensagens sobre alimentação veiculadas em propagandas comerciais.

Você precisa saber

Alimentos in natura: são obtidos diretamente de plantas ou de animais e não sofrem qualquer alteração após deixar a natureza.

Alimentos minimamente processados: alimentos in natura que foram submetidos a processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração, congelamento e outros processos que não envolvam agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento original. Exemplos: legumes congelados, cereais, leguminosas, carnes,

refeições. Em termos práticos, isso significa planejar o cardápio da semana, fazer lista de compras, pesquisar preços e sempre que possível priorizar os alimentos da época conforme a tabela de safra. Além de serem mais baratos, os alimentos da época tendem a apresentar menores quantidades de resíduos de agrotóxicos”.

peixes, aves, ovos, leite, café etc.

Alimentos processados: são fabricados pela indústria com a adição de sal ou açúcar ou outra substância de uso culinário a alimentos in natura para torná-los duráveis e mais agradáveis ao paladar. Exemplos: conservas e enlatados em geral, carnes e peixes salgados, queijos, pães feitos de farinha de trigo, leveduras, água e sal etc.

Alimentos ultraprocessados: são formulações industriais feitas principalmente de substâncias extraídas de alimentos (óleos, gordu-

Um fator importante, aliado à boa alimentação, é a prática concomitante de exercícios. Segundo as nutricionistas, um estilo de vida mais ativo é fator essencial para quem quer cuidar da saúde. “Isso significa praticar exercícios físicos regularmente e tentar se manter mais ativo, inclusive durante o lazer: passear no parque com os

ras, açúcar, amido, proteínas), derivadas de constituintes de alimentos (gorduras hydrogenadas, amido modificado) ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão (corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e aditivos diversos). Em geral, contêm número elevado de ingredientes (frequentemente cinco ou mais) e, sobretudo, a presença de ingredientes com nomes pouco familiares. Exemplos: biscoitos recheados, salgadinhos “de pacote”, refrigerantes, macarrão “instantâneo”, embutidos, lanches ou refeições prontas congeladas etc.

amigos e a família, caminhar com o cachorro, ir a pé até o supermercado, passear de bicicleta, etc. Os exercícios físicos são grandes aliados da alimentação saudável para prevenção de doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, câncer, diabetes e doenças cardiovasculares”, acrescentam Vanessa e Maisa.

Duas mulheres de gerações diferentes socializam suas experiências como trabalhadoras da UFRJ e cidadãs nesta série de entrevistas que o Sintufrij realiza para homenagear a categoria no mês dedicado ao funcionário público

Uma mulher de personalidade forte e realizada

Maria Olindina Santos Moreira, mais conhecida como Nina, transformou suas mãos em instrumento de trabalho e lazer. Depois da aposentadoria, investiu no artesanato e na culinária para ocupar o tempo ocioso e para ganhar um dinheiro extra. Seus fuxicos e seus quitutes doces e salgados são famosos na UFRJ.

Nina iniciou sua vida na UFRJ em 1988, na empresa de limpeza Confederal, que prestava serviços ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). Ela diz que, quando terminou o contrato da Confederal com a universidade, foi uma batalha conseguir continuar trabalhando para a instituição. A maioria dos trabalhadores foi embora ganhar a vida em outro lugar, mas ela insistiu.

“Muitas colegas decidiram buscar outro trabalho. Eu não, decidi permanecer na universidade. Fui encaminhada para trabalhar na Prefeitura Universitária, mas foi uma peleja. Fiquei um mês parada indo quase todos os dias lá para saber do trabalho. Quiseram me enrolar porque eu estava grávida. Falaram que eu aguardasse até o neném nascer. Na verdade, eles não queriam contratar uma grávida nem pes-

soas de idade”, disse Nina.

Segundo Nina, foi o reitor Horácio Macedo quem insistiu pela sua contratação e dos colegas que também foram encaminhados pela Confederal. Foi uma época de dureza, conforme mostra o seu relato: “De tanto insistir, e com a ajuda de uma carta do reitor, me mandaram para trabalhar na Garagem 2, que ficava perto da Gráfica. Eu era auxiliar de serviços gerais. Fiquei um tempo lá. A barriga cresceu, e só saí para ser operada. Depois que retornei, me mandaram para à garagem próxima a atual CPST. Trabalhava a noite lavando ônibus e carros”.

Quando conseguiu sair do trabalho noturno, Nina atuou na limpeza e depois na copa, na mesma garagem.

“Fiquei como copeira. Trabalhei assim de oito a nove anos. Mas, como tinha muito homem e eu era nova, acabei pedindo para ir para outro lugar. Então fui encaminhada para a antiga Dames como copeira mesmo, onde fiquei até me aposentar”, disse.

Nina está com 64 anos e muita disposição. Viúva, orgulha-se de ter criado bem seus três filhos, de possuir casa própria e de não depender de ninguém. Define-se



NINA: “Eu sou esquentada”

como uma mulher feliz: “Não tenho desgosto na minha vida, não tenho problemas com nada. Me dou bem com meus filhos, tenho minha casa, graças a Deus tenho o dinheiro da aposentadoria, de dois aluguéis e mais o reforço das

minhas vendas. Sou feliz”.

A aposentada relata que não consegue ficar parada, é muito agitada. E, por conta dessa agitação, acompanha o Sintufrij, que “adora”, desde a época da Asufrij. Quando vem à entidade, passa o

dia todo. Foi aluna aplicada das aulas das oficinas de dança, patchwork e pintura em tecidos.

“Gosto muito de estar aqui com os colegas. Venho sempre às reuniões dos aposentados. Como adoro viajar, fui a praticamente todas as caravanas da entidade”, garante.

Elogio

Nina avalia que o Sindicato realiza um bom trabalho com os aposentados, embora sinta falta de muita coisa.

“Deveria haver mais reuniões para a gente falar de nossas demandas, nossos direitos; viagens de lazer; aulas de danças específicas quinzenalmente para a terceira idade, porque as da Oficina são muito puxadas para nós; churrascos e festas dançantes, entre outras atividades para os aposentados”, listou.

A aposentada vende artesanato, doces, salgados, mas é conhecida como a “Nina da Cocada”. Ela tem muita satisfação quando fala de seu apelido devido ao sucesso que o produto faz entre os clientes. “Não sobra uma”, afirma Nina, uma mulher de personalidade forte que se define como “esquentada”.

Ela é aluna e técnica-administrativa da UFRJ

A assistente em administração Marcela Portal, 34 anos, está na UFRJ desde 2002 como aluna e desde 2011 como técnica-administrativa. Graduou-se em Letras em 2005, fez mestrado e hoje é uma doutoranda em Teoria Literária que trabalha na Coordenadoria de Comunicação da universidade (CoordCom) — um setor subordinado ao gabinete do reitor —, gerenciando o Portal de Eventos.

“Tenho imenso orgulho de fazer parte de duas categorias importantes na universidade: o técnico-administrativo e o discente, porque tenho oportunidade de ver os dois lados. Como trabalhadora, vivencio no dia a dia os problemas da instituição e as questões que são importantes para o segmento; como aluna, estou a par das demandas dos estudantes relacionadas a assistencial estudantil, como concessão de bolsas por exemplo”.

Enquanto fazia sua graduação, Marcela foi aluna bolsista durante sete anos trabalhando como estagiária na antiga Superintendência Geral de Administração e Finanças (antiga SG-6). Quando tomou posse em 2011 como técnica-administrativa em educação concursada, foi designada para o gabinete do reitor. Durante quatro anos trabalhou como assessora na Superintendência Geral de Atividades Fora da Sede, na gestão do reitor Carlos Levi. O setor dava assistência às demandas do campus de Macaé, Xerém e a todas as atividades desenvolvidas pela universidade fora do Rio de Janeiro.

Com o fim da gestão Levi, a superintendência foi extinta, mas Marcela continuou lotada no gabinete. Com a eleição de Roberto Leher, foi designada assessora da recém-criada Coordenação de Relações Institucionais (Corin). Porém, este ano, foi designada para a CoordCom.

Para Marcela, o técnico-administrativo em educação tem a obrigação de se identificar com as lutas gerais da universidade e com as da categoria.

“Ele (o técnico-administrativo) deve estar atento às demandas da universidade e não se isolar. Mas estar junto com os alunos e professores. É fundamental que tenha consciência da luta maior observando o que está ocorrendo na conjuntura política do país, como os projetos do governo que nos ameaçam, como a PEC 241 e o PL 257. São medidas que vão impactar a universidade e as instituições públicas. E é preciso defender esta instituição e os seus princípios: pública, gratuita, autônoma, democrática, pois é uma instituição que está a serviço da sociedade”, destacou.

Sobre o Dia do Servidor Público, Marcela ressalta que é uma data para chamar à reflexão: “É importante ter a homenagem, mas além disso é importante que o servidor veja qual é o seu papel na construção da universidade e do país. É uma data para provocarmos os TAEs para a discussão, iniciarmos um debate sobre os problemas da universidade, para que eles possam participar deste processo e exercer suas funções de sujeito político na universidade e no país”.



Fotos: Renan Silva

MARCELA: “O servidor precisa saber qual é o seu papel na construção desta universidade e do país”

Sobre o Dia do Servidor Público, Marcela ressalta que é uma data para chamar à reflexão: “É importante ter a homenagem, mas além disso é importante que o servidor veja qual é o seu papel na construção da universidade e do país.

É uma data para provocarmos os TAEs para a discussão, iniciarmos um debate sobre os problemas da universidade, para que eles possam participar deste processo e exercer suas funções de sujeito político na universidade e no país”.